

MODELO DE INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE¹

Mais modelos em:
www.DIREITODOEMPREGADO.com

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA _____ª DO TRABALHO DA
CIDADE/ESTADO.

INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE

EMPREGADOR, inscrito no CNPJ nº ..., situado no (endereço completo), vem, à presença de Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 840 e 853 da CLT, propor **INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE** em desfavor de **NOME DO EMPREGADO**, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), (nº da CTPS, se houver), (nº do CPF e RG), residente e domiciliado no (endereço completo), o que o faz a partir dos argumentos de fato e de direito a seguir expostos.

I – DO CABIMENTO

Caso o Empregado seja **DIRIGENTE SINDICAL**, o cabimento é o Artigo 8º, VII da Constituição Federal e §3º do artigo 543 da CLT.

Caso o Empregado seja **MEMBRO DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**, o cabimento é o artigo 3º, §7º da Lei 8213/91.

¹ MODELO ELABORADO PELA EQUIPE DO BLOG: <http://WWW.DIREITODOEMPREGADO.COM> – Todos os direitos reservados – Fortaleza – 2012. ©

Caso o Empregado seja **DIRETOR DE COOPERATIVA**, o cabimento é o artigo 55 da lei 5764/71.

Caso o Empregado seja **MEMBRO DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA**, o cabimento é o artigo 625-B da CLT².

Cite os artigos 494 e 853 da CLT.

Cite também as súmulas 379 do TST e 197 do STF.

II – DA FALTA GRAVE COMETIDA

Aqui deve-se falar sobre a falta grave cometida pelo empregado com o máximo de detalhes possível. Não se pode criar novos dados, isto é, não invente NADA.

IV – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer que seja acolhida a presente ação, julgando-a TOTALMENTE PROCEDENTE, declarando extinto, POR JUSTA CAUSA, o contrato de trabalho existente entre as partes, com o pagamento apenas do saldo de salário e das parcelas vencidas, se houver.

Requer, ainda, a notificação do Requerido para que, querendo, compareça a audiência, sob pena de revelia e conteste a ação, sob pena de confissão.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova no direito admitidos, especialmente a prova documental e testemunhal.

Dá-se a causa o valor de R\$_____ (número por extenso) reais.

Nestes termos, pede deferimento.

Cidade, local, ano.

ADVOGADO

Nº DA OAB

² ATENÇÃO: NESSE CASO HÁ DIVERGÊNCIA DOUTRINÁRIA: ALGUNS ACREDITAM QUE O MEMBRO DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA PODE SER DEMITIDO POR JUSTA CAUSA SEM INQUÉRITO, AO PASSO QUE OUTROS ACREDITAM QUE É NECESSÁRIO A APURAÇÃO JUDICIAL DA FALTA PARA EFETIVAR A DISPENSA.